

## **A DIVERSIDADE DESFILA: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O DESFILÉ DE 7 DE SETEMBRO NO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS, PB.<sup>1</sup>**

Andrei Mazzola de Jesus Dias <sup>2</sup>  
Iris Borba Cardoso <sup>3</sup>  
Joabe Barbosa Aguiar <sup>4</sup>  
Patrícia Cristina de Aragão <sup>5</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Neste trabalho propomos discutir as questões étnico-raciais, com o intuito de abordar a luta dos negros e indígenas, mais especificamente ao que se refere a conquista das leis 10.639/03 e 11.645/08. Buscamos analisar a partir da obrigatoriedade das referidas leis e de nosso referencial teórico o desfile de 7 de setembro no município de Queimadas-PB. Onde a escola municipal Judith Barbosa de Paula Rêgo desfilou, dando uma nova conotação para o desfile de tradição cívica, disciplinar, militarista e autoritária. Levando para a rua representações de orixás, a luta do povo negro e indígena, assim como a presença dos povos ibéricos que colonizaram estas terras ao sul do equador. Com isso devemos ressaltar os acertos e as problemáticas enfrentadas em tal experiência, compreendendo que o trabalho aqui exposto se faz valer pela sua divulgação e experimentação em demais instituições de ensino. Sendo assim é importante lembrar que a experiência possível de atuação na escola foi proporcionada pelo programa Residência Pedagógica, mantida pela CAPES.

De início é interessante ressaltar como o povo negro e indígena lutou e ainda luta pela ampliação de seus direitos. Para iniciar a discussão sobre a luta destes povos, destacamos primeiramente o disco “Sobrevivendo no Inferno”, lançado em 1997 e recentemente publicado em livro no ano de 2018 pela editora Companhia das Letras (RACIONAIS MC’s, 2018). Este disco se insere em um contexto social, político e econômico de violação dos direitos humanos e da própria Constituição de 1988 para grande parte da população brasileira: os pardos e pretos.

---

<sup>1</sup> Este trabalho possui apoio da CAPES. Sendo parte do projeto Residência Pedagógica.

<sup>2</sup> Graduando do Curso de História pela Universidade Estadual da Paraíba. Participante do Programa de Residência Pedagógica no Subprojeto História - Campus I da UEPB. E-mail: [mazzolaandrei@gmail.com](mailto:mazzolaandrei@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de História pela Universidade Estadual da Paraíba. Participante do Programa de Residência Pedagógica no Subprojeto História - Campus I da UEPB. E-mail: [irisborbacardoso@hotmail.com](mailto:irisborbacardoso@hotmail.com);

<sup>4</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Professor de História. Preceptor no Subprojeto História - Campus I da UEPB. E-mail: [joabehistoriador@gmail.com](mailto:joabehistoriador@gmail.com);

<sup>5</sup> Doutora em Educação. Professora de História. Coordenadora do Subprojeto História - Campus I da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: [patriciacaa@yahoo.com](mailto:patriciacaa@yahoo.com);

Sendo assim, destacamos a questão dos jovens negros na década de 1990, como um grito por atenção, demonstrando como raça é uma categoria de análise necessária ao contexto brasileiro:

60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras. Nas universidades brasileiras apenas 2% dos alunos são negros. A cada quatro horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo. Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente. (RACIONAIS MC's. 2018.p.49)

Ressaltamos a obra publicada pela Companhia das Letras para nos remeter a um passado recente na História do Brasil (década de 1990) e que ainda hoje permanece violando corpos negros no país, como também, para demonstrar que a obra deveria constar nos currículos escolares, pois evidencia a produção cultural por parte da população negra brasileira, assim como revela a política genocida por parte do Estado em relação a estas populações marginalizadas em nossa história e propõe formas de luta contra tais situações, evidenciando o povo negro como sujeito histórico atuante na sociedade brasileira.

## DESENVOLVIMENTO

Para termos uma noção sobre os povos que constituíram este território chamado Brasil:

A formação histórica e cultural do Brasil foi constituída a partir de uma diversidade de sujeitos históricos. Contribuindo para o enriquecimento desse processo: os povos indígenas, ibéricos, africanos e mais recentemente os asiáticos. No entanto, nossa produção historiográfica, durante muito tempo privilegiou os países de origem europeia. (SANTOS. 2015. p.103)

Na História do Brasil houve um “esquecimento” das populações negra e indígena. A historiografia ancorada nos discursos racistas da Europa, construíram toda uma “teoria” baseada na “superioridade” branca da Europa. Tendo esta concepção de mundo racista sido transportada para analisar a sociedade, conhecida como darwinismo social. A teoria racial que sustentava um discurso de hierarquia racial, sendo o branco europeu o mais forte e por este motivo o mais apto a sobreviver e dominar as demais “raças inferiores”. Estas teorias ganharam uma maior popularização no século XIX. Percebe-se que “alguns anos antes da abolição da escravatura (1888) a exclusão da população negra adquiria novos contornos legais” (CASTRO, 2009). Ou seja, o negro mesmo após a abolição foi mantido em um cativeiro social que o entrelaçava com a miséria e a pobreza, sendo considerado uma

“raça inferior”. Ficando cada vez mais afastado dos centros e deslocados para as margens da sociedade, sem com isso deixar de resistir e de se manifestar.

No que se refere aos povos indígenas brasileiros, sabe-se que o próprio nome “índio” é um termo pejorativo dado por Colombo ao chegar no que seria o continente americano, nomeando de índios os que grupos que conheceu, pois pensava que havia chegado as Índias Orientais. Seguindo este raciocínio as escolas tratam os povos indígenas de modo homogêneo, caracterizados e preservados em sua mais eterna forma “verdadeira”, ou seja, que só se é indígena se estiver na mata com os adereços e modo de vida conhecidos do período colonial, como cocar de penas, com pinturas pelo corpo e sem vestes. Neste sentido que surge a ideia de “índio de verdade” e “índio de mentira”, o “índio de verdade” sendo aquele que permanece imóvel, a-histórico, que não muda. Já o “índio de mentira” como aquele que usa roupas, como calças e camisas, sapatos, acessórios como smartphones, computadores e demais produtos tecnológicos contemporâneos, sendo assim, sua inserção no mundo dos não indígenas o transformaria em um “índio de mentira”:

O uso do argumento de ‘verdadeiro’ ou ‘falso’ índio ajuda essa política de repressão aos direitos indígenas e reforça estereótipos de difícil combate. Deste modo, o ensino de história, preferencialmente, mas não de forma exclusiva, tem o poder de desfazer estereótipos e antigos paradigmas. (MORAES, 2018. p.17)

Portanto, é necessário ressaltar que de acordo com as transformações históricas e sociais os povos indígenas também mudaram, logo, o indígena não pode ser “preservado”, do ponto de vista de não ter acesso a tecnologia do século XXI como smartphones, tablets, computadores etc. A visão do não desenvolvimento destes povos é um senso comum para boa parte da população brasileira que desconhece a história dos povos indígenas e como estes vivem e atuam socialmente. Sendo o ensino de História uma ferramenta poderosa na desconstrução destes estereótipos, demonstrando que os povos indígenas mudaram e não são homogêneos, mas sim diversos em cultura, língua e crenças.

É neste campo de disputa que se insere as lutas indígenas e negras na construção de políticas afirmativas e ações no sentido de inserir no currículo escolar a história destes povos, assim como avançar na constituição de direitos que assegurem a vida e a afirmação destes. Tendo como grande momento na luta por estes direitos a “Marcha Zumbi do Palmares, contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida (1995) e a III Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata” (CASTRO. 2009. p.11633). Neste cenário se constitui a movimentação que levaria a conquista das leis 10.639/03 e a 11.645/08 que se inserem de forma obrigatória nas escolas

públicas e privadas do Brasil o ensino da cultura e História Indígena, africana e afro-brasileira, sendo estas leis como (11.645/2008), fruto das lutas dos movimentos sociais. Neste sentido, que buscamos analisar o desfile de 7 de setembro como um desfile que é cívico, mas a partir de práticas inclusivas pode se propiciar uma análise crítico-reflexiva sobre questões raciais. Este dia é considerado um feriado nacional e que se comemora a Independência do Brasil ocorrida em 1822, proclamada pelo monarca D. Pedro I. Com efeito, pode-se perceber que nas décadas de 1960 e 1970 esta festividade ganha um apelo ao patriotismo pelo discurso dos militares no poder. Logo, à obediência plena, disciplina e autoritarismo com o sistema ditatorial então vigente no país (Ditadura Civil-Militar - 1964-1985). As escolas e demais instituições do país se encontravam como subservientes aos ditames do regime ditatorial brasileiro:

As práticas dos desfiles cívicos e como eles aconteciam foi um instrumento do Estado para a efetivação do processo de elaboração do culto ao civismo, com o propósito de contribuir para a formação do homem integrado. O controle sobre a escola e sobre seu currículo era fundamental para evitar qualquer subversão contra o governo do Brasil. (OLIVEIRA, 2013. p.6)

Sendo assim, o evento ocorrido no município de Queimadas, no Estado da Paraíba, provocou reflexão na maneira de repensar o desfile e as práticas do povo negro e indígena neste desfile, integrando-o no debate das relações étnico-raciais. Visando um diálogo com a diversidade social brasileira, em especial os povos indígenas e negros que no período da ditadura militar, assim como em períodos anteriores da História do Brasil, como o I reinado com D. Pedro I (1822-1831), foram ofuscados dos livros, jornais e demais obras publicadas. A partir disto, se pode colocar que este processo de Independência do Brasil “não significa o rompimento dos laços identitários com os países europeus”, afirmando um eurocentrismo e desse modo uma perseguição das populações negras e indígenas (SANTOS, 2015). Entretanto, a escola Judith Barbosa de Paula Rêgo trazia em seu pelotão imagens de orixás, panos com pinturas representando a religiosidade afro-brasileira, tão difícil de ser trabalhada em sala de aula por existir ainda uma grande carga de intolerância religiosa em nosso país com relação às religiões de matriz afro.

Ao término deste estudo podemos perceber que nem todos os pais permitiram seus filhos participarem do desfile para não carregarem imagens de orixás e demais representações da cultura afro-brasileira pela rua, como se tais práticas afrontassem suas crenças ou a de seus filhos. Estes não entendem que o Estado possui uma laicidade por lei que garante que não se deve direcionar de forma a pregar alguma crença ou converter algum cidadão a qualquer religião. Este aspecto dificulta o

trabalho na escola, mas que pode ser resolvido pelo diálogo da própria escola com a comunidade no sentido de trabalhar a lei 10.639/03 e a 11.645/08 no que se refere ao debate com tais temáticas. Deste modo, se via fileiras e mais fileiras nas ruas com cartazes e alegorias que representavam a cultura afro-brasileira e indígena. Tendo a escola trabalhado com a temática de modo contínuo, visando atividades em consonância com as leis.

Esta instituição conta ainda com aulas de capoeira, tendo participado também de um evento com foco nesta temática no município, a exemplo da Feira Literária de Queimadas (FLIQ)<sup>6</sup>. Por isso, a escola tem uma assiduidade no trabalho com tais temáticas. E em seu desfile se mostravam imagens com as lutas dos quilombos, os indígenas como resistência à colonização, frases de protesto e o tema do desfile da Escola: “A Judith ritmiza nossa história com versos que o livro apagou”. Existia também uma parte destinada à Portugal, suas navegações e colonização do Brasil. Podia-se observar gritos de resistência da luta recente, no que se refere ao assassinato da vereadora pelo PSOL, Marielle Franco<sup>7</sup>, em cartazes com seu nome. Durante o desfile os cartazes faziam referências à personagens que lutaram de alguma forma contra o preconceito, o racismo e a exploração. Nomes como Milton Santos<sup>8</sup>, geógrafo brasileiro de prestígio internacional e que foi perseguido no período da Ditadura Militar, se exilando na França. Zumbi dos Palmares entre outros.

A escola também se baseou pelo desfile da escola de samba Mangueira e a temática de seu samba-enredo no ano de 2019, “História para Ninar Gente Grande”. Este que buscou exaltar personagens esquecidos pela História Oficial como Luiza Mahin, Sepé Tiaraju e Dandara<sup>9</sup>. Sendo assim, essa atividade da escola na rua é um exemplo de extensão das atividades trabalhadas em sala de aula durante o ano, realizando ações reais para o cumprimento da lei 10.639/03 e 11.645/08. Cumprindo a legislação que é uma obrigatoriedade, valorizando os Direitos Humanos e por conseguinte a crença na possibilidade de transformação social pela educação, buscando construir no ambiente escolar um espaço democrático e possível para o reconhecimento da identidade do outro. Buscando assim incentivar os próprios docentes e discentes a se sentirem mais confortáveis para se afirmarem enquanto afro-brasileiros e indígenas, senão de forma direta pela questão biológica, mas

---

<sup>6</sup> <https://www.queimadas.pb.gov.br/portal/noticias/geral/feira-literaria-de-queimadas-foi-um-sucesso-avalia-comissao-organizadora>

<sup>7</sup> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>

<sup>8</sup> <http://miltonsantos.com.br/site/biografia/>

<sup>9</sup> <https://noticias.uol.com.br/carnaval/2019/noticias/redacao/2019/03/05/mangueira-carnaval-rio-de-janeiro-2019.htm>

também pela cultura e história de nosso país que tem em sua base a luta destes povos que compõe o povo brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir disto se vê nesta experiência uma reconfiguração de um espaço que tradicionalmente é de disciplina, obediência, exaltação à pátria, negação das subjetividades e identidades que são os desfiles cívicos, herdados dos anos de 1960 e 1970 mais especificamente. Para isto, se ressaltou as temáticas afro-brasileiras e indígenas e suas dificuldades e lutas através da história. Trazendo para a rua o que é o Brasil: pluriétnico e multicultural. Construindo assim um ato de resistência simbólico e que trás para o olhar de toda a sociedade do município de Queimadas discussões que muitas vezes não foram possíveis para os pais e parentes dos alunos que presenciaram. Atitude que visa gerar uma maior aceitação destas discussões no meio social, democratizando o saber e trazendo uma ressignificação do desfile de 7 de setembro. A inserção da temática racial na escola analisada e que foi fruto de nossa experiência na Residência Pedagógica nos apontam que a instituição desenvolve práticas educativas voltadas para educação étnico-racial e o desfile e as ações curriculares apontam tal aspecto.

**Palavras-chave:** Relações Étnico-Raciais. Diversidade. Ensino de História.

## REFERENCIAS

MORAES, Renata Figueiredo; CAMPOS, Sabrina Machado. **O ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira:** mudanças e desafios de uma década de obrigatoriedade. In REVISTA TRANSVERSOS. “Dossiê: Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas - 10 anos da Lei 11.645/08”. Rio de Janeiro, n.º. 13, MAI-AGO, 2018, pp. 11-34. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2018.35855.

RACIONAIS MC's. **Sobrevivendo no inferno**/Racionais MC's. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, J.; ROCHA, A.; LOPES, M. **Ensinar e aprender histórias e cultura indígenas:** repensando as práticas pedagógicas. OPSIS, Catalão, v.15, n. 1, p. 101-116, 2015.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. **Imagens de civismo:** os desfiles cívicos em região de colonização recente de mato grosso, em tempos de ditadura militar. Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação.2013

CASTRO, Cristina Gonzaga candido de souza – seed/pr. ARAUJO, Débora Cristina – seed/pr; Cebulski, Márcia Cristina – seed/pr; MARÇAL, Maria Antônia – seec/pr: **O ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no Paraná:** legislação, políticas afirmativas e formação docente, 2008; site: [www.pucpr.br](http://www.pucpr.br). : 14 fev/2013.